

Esther Vivas

Mamãe desobediente: um olhar feminista sobre a maternidade

Timo

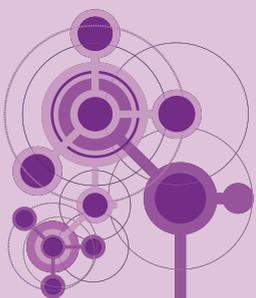
São Paulo, 2021

288 páginas



Ana Paula Hoffmann Frittoli Basaglia

- Doutoranda em Design na Universidade Anhembi Morumbi.
- Mestre em Design pela Universidade Anhembi Morumbi.
- Especialista em Design Gráfico pela Fundação Armando Álvares Penteado.
- Designer gráfico e publisher.
- E-mail: ana.basaglia@gmail.com



A maternidade desobediente e insubmissa

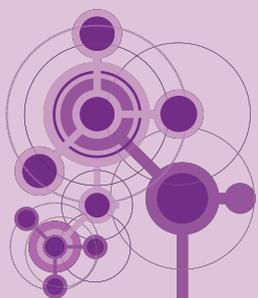
The disobedient and unsubmitive maternity

La maternidad desobediente e insumisa

Em *Mamãe desobediente: um olhar feminista sobre a maternidade*, a jornalista, socióloga e escritora espanhola Esther Vivas (2021) faz uma investigação dos diversos sentidos que envolvem a maternidade (gravidez, infertilidade, parto, perda gestacional, puerpério, amamentação), alguns apontados como “invisíveis no âmbito doméstico” (Vivas, 2021, p.13), e tece reflexões sobre os desafios que as mulheres mães enfrentam hoje. Segundo a autora, o livro pretende contribuir para que as pessoas pensem a maternidade a partir de uma perspectiva feminista, ao propor uma maternidade desobediente e insubmissa, que rompa com os arquétipos impostos às mulheres ao longo da história, quer seja a maternidade patriarcal (quemanteve a mãe presa no lar e desvalorizou seu trabalho no cuidado com os filhos) ou a concepção neoliberal atual (em que a criação e o cuidado da prole se submetem ao mercado). Além de escritora, Vivas é ativista política envolvida com ações a favor da soberania alimentar e membro do Centro de Estudos sobre Movimentos Sociais na Universidade Pompeu Fabra, em Barcelona, onde pesquisa movimentos sociais contemporâneos e práticas alternativas ao modelo dominante de produção, distribuição e consumo. O livro é sua obra mais recente e resultado de sua experiência como mãe, elaborado a partir das inúmeras perguntas que se fez durante a gestação e das respostas que encontrou em suas pesquisas a partir desta vivência. Apesar da perspectiva pessoal, Vivas sustenta que a leitura é indicada a todas as pessoas que acompanham os processos de criação, uma vez que a maternidade implica-nos a todos.

Depois de uma breve introdução, a publicação está dividida em três partes – “Maternidades em disputa”, “Meu parto é meu” e “O peito é o leite” –, que abordam aspectos distintos da maternidade feminista que a autora propõe. Na “Introdução”, Vivas (2021, p.14) ressalta que respeita as práticas eventualmente distintas das outras mães, uma vez que cada uma faz o que pode com o tempo e as circunstâncias de que dispõe, mas sustenta que o atual modelo de maternidade, parto e lactância que o patriarcado e o capitalismo nos impõem, em função de seus interesses, mostra-se hostil às mulheres e bebês. E, apesar de não pretender escrever uma autobiografia, reconhece que foi difícil não explorar sua experiência pessoal num tema que lhe toca tão de perto, posto que o que acontece às pessoas marca, em boa medida, seu jeito de ver o que as circunda – a nós e a tantas outras mulheres de nossa geração, observa.

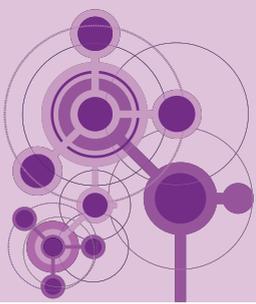
Na primeira parte, “Maternidades em disputa”, o texto propõe uma reflexão sobre o que significa ser mãe, reconhecendo que não se deve falar em maternidade única pois cada experiência depende do contexto no qual a mulher está inserida: não existem modelos universais. Os mitos da perfeição, os dilemas da modernidade (ficar em casa ou sair para trabalhar); as pressões para se seguir um modelo patriarcal que dita inúmeras regras muitas vezes contraditórias; os malabarismos para conciliar maternidade, vida pessoal e trabalho; a questão das licenças no pós-parto; o trabalho solitário que é cuidar das crianças com tantas tarefas invisíveis nas costas femininas: é extensa a lista de aspectos que a autora enumera para serem considerados. Maternidade compulsória, maternidade solo, adoção, aborto, as madrastas e as barrigas de aluguel (que são objeto de polêmicas, uma vez que carecem de regras claras e acabam se tornando, muitas vezes, apenas um negócio de reprodução assistida, às custas da apropriação banal do ventre feminino) também são assuntos abordados.



No capítulo 3, a autora reflete que a maternidade costuma ser um tema menosprezado pelos movimentos sociais e pelas feministas em geral, ainda que isso esteja mudando aos poucos. Segundo Vivas (2021, p.63), “a militância não é pensada para ser compatível com a maternidade”, basta observar os locais inapropriados para receber mães e seus bebês e crianças pequenas em assembleias, por exemplo. Mas “a crise dos sistemas de bem-estar e a mercantilização generalizada da vida, por um lado, e a mudança do papel da mulher na sociedade e na estrutura familiar, por outro, revitalizaram as discussões sobre o que significa ser mãe” (Vivas, 2021, p.64). Na sequência, ela tece considerações sobre alguns aspectos históricos sobre a maternidade e analisa como o feminismo lidou com os desafios de pensar a maternidade como algo positivo, a partir dos anos 1970 e 1980, apesar de ser um tema desconfortável para o movimento até os dias atuais. O capital, pontua, beneficiou-se com o confinamento das mães em casa: pessoas precisam de cuidados – essa vulnerabilidade é intrínseca ao ser humano, notadamente os bebês, os idosos, os doentes – e, via de regra, são as mulheres que fazem este trabalho barato e invisível. Entretanto, vivemos numa sociedade que menospreza a fragilidade humana e pouco se fala sobre uma “política do cuidado”. Ao defender que as mulheres devem buscar o trabalho, a competição, o sucesso e todo o imaginário liberal, o feminismo institucionalizado acaba invisibilizando a maternidade. Vivas (2021, p.108) propõe pensar numa revalorização feminista e emancipatória da criação, que rompa tanto com a maternidade patriarcal quanto com a maternidade liberal, pois “a maternidade não pode seguir sendo uma questão desconfortável para o feminismo” (p.113).

A segunda parte, “Meu parto é meu”, aborda as inúmeras questões relacionadas ao modelo de parto que as mulheres vivenciam nos dias atuais. O texto traça um panorama histórico da assistência ao parto, tradicionalmente um assunto feminino, e explica como isso paulatinamente foi sendo transferido para a esfera masculina, quando o controle de natalidade se converteu em uma questão de Estado. O parto sai do âmbito privado e torna-se um processo medicalizado, sob a hegemonia da assistência médica hospitalar; o nascimento deixa de ser um processo fisiológico, e o protagonista, agora, passa a ser o médico. A lógica produtivista e patriarcal dita como as mulheres devem parir, menosprezando os saberes femininos em prol de um olhar técnico-científico, muitas vezes inexato. O controle dos corpos femininos e do parto se instala de vez: o fim da dor no parto (que outrora era instrumento de submissão da mulher) passa para as mãos exclusivas dos médicos, os únicos autorizados a administrar anestesia nos hospitais, e as parteiras perdem espaço de vez. Observa-se, a partir deste momento, o que hoje chamamos “violência obstétrica”, um conjunto de atitudes e procedimentos executados pela equipe de saúde que sujeitam e maltratam a parturiente e, por extensão, prejudicam o bebê na hora do nascimento. Parto respeitoso, parto natural, mortes perinatais e/ou gestacionais e abortos, indesejados ou não, complementam esta seção.

“O peito é o leite”, a terceira parte, trata das questões do aleitamento. O texto inicia com um capítulo falando da mamadeira como negócio e aponta que a incapacidade física de produzir leite materno atinge apenas 3% das mães. Certamente algumas mulheres não desejam amamentar e isso deve ser respeitado, mas o ponto é que vivemos numa sociedade que constantemente coloca obstáculos para a amamentação. A crítica da autora se dirige, portanto, à indústria de leite artificial que induz as mulheres a acreditarem que seu produto é semelhante ao leite materno; não é. Alimentar os bebês tornou-se um objeto de lucro; a indústria de alimentos, as farmacêuticas, as distribuidoras etc. têm enormes benefícios com a fórmula artificial (Vivas, 2021, p.208) e costumam iniciar o assédio às mães oferecendo inocentes mamadeiras. O aleitamento materno é um direito fundamental da mãe e do bebê e beneficia toda a sociedade. Esta parte do texto oferece ao leitor um capítulo com o contexto histórico da amamentação e mostra como a indústria da fórmula cresceu junto com a industrialização, onde não dar o peito tornou-se um emblema da modernidade e do progresso (Vivas, 2021, p.212). A autora acentua os benefícios do leite materno, ressaltando a insustentabilidade do leite artificial, e relaciona o aleitamento materno, como prática, a uma expressão de “soberania alimentar”, um conceito muito interessante que ela explica minuciosamente a partir da página 236. Para Vivas (2021), a indústria agroalimentar e a indústria do leite artificial são a mesma coisa; as principais multinacionais veem as crianças de hoje como os consumidores de amanhã. O aleitamento materno é bom para a saúde dos bebês e das mães também. Assim, ele pode – e deve – ser considerado uma prática feminista, já que favorece as mulheres, em particular, e, também, a comunidade, de modo geral. Dar o peito não deve ser encarado como uma imposição e está além de uma questão



de saúde. Portanto, um feminismo que não apoia o aleitamento materno acaba expressando, mesmo involuntariamente, desconforto e desconfiança com o corpo feminino e as habilidades biológicas das mulheres, o que contradiz a razão de ser de qualquer movimento emancipatório (Vivas, 2021, p.242). A obra encerra falando das “lactivistas”, termo sem definição formal no dicionário, mas que aponta para um movimento de mulheres que está trazendo o peito à luz pública e transformando o ato de amamentar em uma ação social e reivindicativa.

Apesar de abordar tantos tópicos, *Mamãe desobediente*, originalmente escrito em 2019 e lançado no mercado brasileiro em 2021 pela Editora Timo, possui um texto fluido e está fartamente referenciado, com uma diagramação confortável e limpa. Olivro traça um panorama amplo da maternidade, conferindo-lhe valor político, social e econômico (que lhe tem sido negado) e demonstra porque devemos colocar a maternidade com viés feminista no centro do debate público, se planejamos alcançar a igualdade de gênero na sociedade em que vivemos.

Artigo recebido em 14/12/2022 e aprovado em 14/02/2023.